



INCLUSÃO COM ADAPTAÇÃO CURRICULAR: UMA NECESSIDADE DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Adalgivane Lima Oliveira Matos¹

RESUMO

A inclusão tem se apresentado como uma alternativa para a transformação da sociedade e para a melhoria de um ambiente mais igualitário para os estudantes, garantindo direitos iguais no acesso à educação. Por esta razão, os esforços da UNESCO para a inclusão educacional têm procurado proporcionar aos alunos qualidade acadêmica, eliminando obstáculos que possam ter no seu progresso no desempenho escolar, sendo a inclusão uma ferramenta de apoio na diversidade de necessidades, capacidades e particularidades. Paralelo a isso, no ambiente educacional, a comunicação é a interação dos processos de ensino e aprendizagem que influenciam a educação, a família e a sociedade e para os alunos com deficiência auditiva isso se constitui como um desafio, uma vez que a deficiência auditiva ficam limitados nas oportunidades de ouvir e interpretar as mensagens dos pares ouvintes, dos professores e, como a comunicação se baseia principalmente no som, as pessoas com deficiência auditiva se deparam com situações de desconhecimento do idioma, pois algumas adquiriram a deficiência desde a infância ou no nascimento. Com isso, este estudo bibliográfico tem como meta analisar os processos inclusivos que cercam as práticas de inclusão na sala de aula, considerando os desafios impostos às práticas de comunicação.

Palavras-chave: Comunicação; Educação; Deficiência Auditiva; Inclusão.

ABSTRACT

Inclusion has been presented as an alternative for the transformation of society and for the improvement of a more egalitarian environment for students, guaranteeing equal rights in access to education. For this reason, UNESCO's efforts for educational inclusion have sought to provide students with academic quality, eliminating obstacles that they may have in their progress in school performance, with inclusion being a tool to support the diversity of needs, capacities and particularities. Parallel to this, in the educational environment, communication is the interaction of teaching and learning processes that influence education, family and society, and for students with hearing impairment this is a challenge, since hearing impairment is limited in the opportunities to hear and interpret the messages of hearing peers. Since communication is mainly based on sound, people with hearing impairment are faced with situations of lack of knowledge of the language, as some have acquired the disability since childhood or at birth. Thus, this bibliographic study aims to analyze the inclusive processes that surround inclusion practices in the classroom, considering the challenges imposed on communication practices.

Keywords: Communication; Education; Hearing impairment; Inclusion.

¹ Mestrado em CIENCIAS DA EDUCAÇÃO pelo UNIVERSIDADE AMERICANA ASSUNÇÃO, Paraguai(2016) - DIRETORA ESCOLAR do PERFEITURA MUNICIPAL - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, Brasil



INTRODUÇÃO

O mundo heterogêneo e diverso exige respostas a todos os níveis para garantir a equalização de oportunidades. Nesse sentido, o desenho universal aplicado à pesquisa juntamente com determinados ajustes individuais ou adaptações curriculares fazem parte das medidas para alcançar a educação inclusiva. É um complexo processo de tomada de decisão por parte das instituições de ensino e de seus professores para a aplicação de estratégias, com o objetivo de trabalhar a partir dos pontos fortes dos alunos sobre as dificuldades que podem vivenciar como produto de sua relação com o meio ambiente.

No que diz respeito à educação e ao caso específico da investigação, a *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* (ONU, 2006), destaca entre os seus princípios gerais a plena e efetiva participação e inclusão em todas as atividades da vida. Desta forma e uma vez que a investigação científica é uma das funções determinantes no desenvolvimento social, será fundamental considerar estes princípios no planejamento das ações envolvidas na formação de pesquisadores.

No entanto, a existência de instrumentos legais não é suficiente para coordenar a rede de interesses organizacionais e individuais que compõem qualquer investigação. Assim, é necessária uma visão partilhada dos atores sobre como resolver problemas para influenciar o desenvolvimento social, sem esquecer que no caso das pessoas com deficiência, a presença de valores inclusivos enraizados na instituição será decisiva.

No entanto, e apesar deste papel de liderança da ciência no desenvolvimento, a América Latina continua a ter resultados muito fracos em termos de investigação e inovação. Desta forma, este cenário surge em grande parte da desarticulação entre as necessidades do ambiente e a gestão das organizações de investigação, que devem ser orientadas pelo desenvolvimento de conhecimento científico que forneça respostas relevantes às situações problemáticas do contexto, para tal. Será fundamental também que os atores do evento investigativo estejam em sintonia com os propósitos (educação) e o caminho para alcançá-los (currículo).

Ressalte-se que esta convicção será consequência de uma organização que se baseia na diversidade como característica inerente à ciência, portanto,



todas as pessoas, independentemente de seu gênero, cultura, religião, idioma, bem como da presença ou não de uma deficiência, deve ter lugar e será valorizada a partir da formação de pesquisadores, pensando no seu potencial para participar ativamente do desenvolvimento da sociedade.

Em conformidade com o exposto, o objetivo desta pesquisa foi analisar os processos inclusivos que cercam as práticas de inclusão na sala de aula, considerando os desafios impostos às práticas de comunicação. Desse modo, discute sobre temas como *Educação Inclusiva; Adaptações Curriculares;*

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Segundo Ramos (2023), a educação é um dos caminhos para a inclusão social e isso será possível a partir do desenvolvimento de escolas ou contextos educativos que acolham todas as pessoas da comunidade, independentemente da sua origem social, cultural ou características individuais e responder à diversidade de necessidades de aprendizagem. Ou seja, a mudança nas estruturas deve responder à diversidade dos alunos, algo que vai além da origem, da cor da pele ou da presença ou ausência de deficiência; destacam também as diferenças na forma de resolver problemas desde os mais cotidianos até o mais complexo.

Por seu lado, Barbosa e Bezerra (2021), acrescentam que a educação inclusiva constitui uma abordagem educativa baseada na valorização da diversidade como elemento enriquecedor do processo de ensino e aprendizagem e, conseqüentemente, promotor do desenvolvimento humano.

Booth e Ainscow (2011) afirmam que a inclusão como processo é sinónimo de um compromisso de promoção da participação e alertam para o perigo de não ser acompanhada de valores profundamente enraizados, uma vez que pode simplesmente representar a conformidade com uma *nova moda educacional* ou complacência superficial com as instruções que emanam da administração.

Como consequência destas preocupações, e com o objetivo de apoiar os processos de transformação para a educação inclusiva, os referidos autores propuseram em 2000 o chamado *Índice de inclusão*, que inclui processos de exploração, análise, desenvolvimento de planos, implementação de ação e uma



revisão permanente do processo a seguir. Ora, embora o índice de inclusão tenha sido inicialmente concebido para o ambiente escolar, as suas dimensões são aplicáveis a todos os níveis de qualquer sistema.

Segundo Booth e Ainscow (2011), existem três dimensões interligadas essenciais para alcançar mudanças positivas e são elas: (a) criando culturas inclusivas; (b) estabelecer políticas inclusivas; e (c) o desenvolvimento de práticas inclusivas. É uma relação inclusiva do mais alto para o mais baixo, ou seja, o aspecto mais macro corresponde à *cultura*, que inclui as *políticas* e estas por sua vez incluem as *práticas inclusivas*. Para ilustrar o exposto, a imagem a seguir é apresentada.

Imagem 1. Dimensões da inclusão



Fonte: Baseado em Booth E Ainscow (2011, pág. 49).

Em primeira instância e segundo Booth e Ainscow (2011), a criação de culturas inclusivas está relacionada com o fato de todos os membros da comunidade aceitarem e valorizarem a diversidade. Desta forma, uma cultura inclusiva como modo de vida orientará o desenvolvimento de políticas e a prática quotidiana, o que também significa que estes valores podem ser transmitidos aos novos membros.

Em segundo lugar, a dimensão referente ao estabelecimento de políticas inclusivas procura aplicar os valores da cultura para reforçar a participação de todos, o que será possível desde que haja capacidade para abordar a diversidade, valorizar com equidade e quebrar derrubar barreiras. Enquanto, em



terceiro lugar, desenvolver práticas inclusivas implica refletir diretamente sobre o ensino e a aprendizagem nas salas de aula.

Estas três instâncias descritas implicam não só a aceitação da diversidade, mas um processo permanente de reflexão sobre as barreiras que possam existir e as formas de as quebrar.

ADAPTAÇÕES CURRICULARES

Oliveira (2021) define adaptações curriculares como um processo no qual são tomadas decisões sobre os elementos que constituem o currículo, bem como aqueles que determinam o acesso a ele por pessoas com deficiência. A mesma autora afirma que o termo adaptação curricular, entendido como adaptação do ensino, busca satisfazer as necessidades da diversidade dos alunos e só será viável quando advirem de um currículo comum e flexível.

Surge então a necessidade de considerar a aplicação do desenho universal aplicado à educação no desenvolvimento de qualquer currículo que tenha a qualidade da flexibilidade, pois como explica Bromberg (2004), é um processo relacionado à resolução permanente de problemas cuja finalidade é não é um objeto, mas foca na pessoa.

Desta forma, e em resposta aos problemas apresentados, os princípios do design universal procuram simplificar a vida com o desenvolvimento de produtos, comunicações e ambientes facilmente acessíveis ao maior número de pessoas possível e ao menor custo, evidenciando assim a É importante que esse objetivo seja alcançado sem a necessidade de adaptações ou projetos especiais (OLIZAROSKI; DAL MOLIN, 2023).

Neste sentido, é importante destacar que o *design* universal continua a ser um campo de estudo e reflexão distante de parâmetros e especificações técnicas, e que tem servido de base a diversas iniciativas educativas que coincidem na procura da participação de todos os alunos, sem distinção.

Dentre essas iniciativas, vale destacar o Desenho Universal para a Instrução (DUI), que é uma proposta de Palmer e Caputo (2002). Este material não só explica cada princípio, mas inclui questões de reflexão sobre o método de ensino e aprendizagem, exemplos de boas práticas e apêndices com recomendações de ação a curto, médio e longo prazo.



Por outro lado, a tomada de decisões relativas à prática em sala de aula faz parte do cotidiano dos professores de todos os níveis, em maior ou menor grau, e isso dependerá da diversidade de respostas e necessidades dos indivíduos no decorrer do ensino-aprendizagem. e envolve um trabalho que deve ser baseado em um estudo completo do aluno no ambiente.

Feita esta observação, Duk e Loren (2010) explicam os princípios básicos para a implementação de adaptações curriculares: (a) o processo de adequação do currículo e de suas ações deve estar no projeto institucional; (b) as adaptações curriculares devem basear-se numa avaliação ampla e rigorosa dos alunos em interação com o contexto; (c) a relevância e pertinência para o presente e futuro do aluno devem ser consideradas; (d) devem estar vinculados à programação inicial; (e) devem ser o resultado de um trabalho interdisciplinar e colaborativo; e (f) devem estar sujeitos a mecanismos de monitorização, regulação e controlo.

Quanto à classificação das adaptações curriculares, diversos autores explicam que elas podem ser acessíveis e individualizadas. As adaptações de acesso surgem em resposta aos fatores que, por ação ou omissão nos aspectos físicos, materiais e de comunicação, dificultam a participação das pessoas com deficiência.

Paula et al. (2021) explicam que as adaptações dos aspectos físicos devem favorecer a autonomia pessoal de todos os indivíduos, eliminando as diferentes barreiras arquitetônicas relacionadas à disposição do mobiliário, iluminação, som, entre outros. Da mesma forma, ao desenvolver materiais educativos, será positivo que sejam atrativos tanto para o destinatário com deficiência como para o resto dos seus colegas de turma.

Numa outra ordem de ideias, a última grande dificuldade que muitos estudantes e, portanto, investigadores, com deficiência enfrentam é determinada pelas interferências no processo de comunicação, que pode começar a partir da inscrição ou inscrição em qualquer plano de formação. Cabe esclarecer que possíveis interferências não significam necessariamente que as pessoas não tenham capacidade de aprender, mas sim que os canais de comunicação utilizados não correspondem às características individuais do sujeito.

Assim, segundo a opinião de quem subscreve, o professor enquanto mediador do conhecimento e de acordo com o que foi dito nas secções anteriores,



deve refletir sobre os meios de interação disponíveis, bem como as suas vantagens e desvantagens para obter o máximo benefício, em todos os processos inerentes à educação, sendo a avaliação um dos que podem gerar maior debate entre os professores.

A busca deve então ser orientada para técnicas que permitam a avaliação justa da aprendizagem de quem tem deficiência, de forma a garantir o sucesso do processo de ensino-aprendizagem.

Em suma e como afirma Oliveira (2021), as características específicas dos alunos serão as principais referências para a gestão dos recursos. Nesse sentido, a autora enfatiza recursos humanos como intérpretes de língua de sinais e ações tutoriais por parte dos professores.

Desta forma, qualquer escola deve garantir o cumprimento das normas de acessibilidade nos recursos materiais educativos, que devem ser repetidas em qualquer emissão de mensagens institucionais aos públicos externo e interno, para que possam chegar a todas as pessoas sem barreiras.

Quanto às adaptações curriculares individualizadas, são ações voltadas para a satisfação das necessidades educacionais do aluno. No primeiro nível de adaptações curriculares individualizadas são aquelas não significativas, que não implicam grandes alterações, mas sim ajustes de acordo com as necessidades dos alunos.

Segundo Oliveira (2021), adaptações não significativas são recomendadas quando a lacuna não é perceptível e afeta poucos elementos do currículo, de modo que os objetivos ou métodos de avaliação não são modificados substancialmente. Em contrapartida, adaptações significativas sugerem mudanças mais drásticas nos currículos com consequências nos conteúdos, objetivos e formas de avaliação, o que se traduz numa forte variação nas competências a adquirir. As alterações referentes a procedimentos ou instrumentos de avaliação também se enquadrarão nesta categoria.

Neste sentido, Paula et al. (2021) recomendam que este tipo de adaptações seja desenhado por especialistas, em conjunto com o corpo docente da área correspondente. Por fim, adaptações curriculares muito significativas são medidas tão extraordinárias que se afastam da prática inclusiva, uma vez que estão relacionadas com eliminações de conteúdos ou objetivos educativos.



Com base nas considerações anteriores sobre deficiência, desenho universal e adaptações curriculares, é apropriado anexar um esboço das principais dificuldades sentidas pelas pessoas com deficiência sensorial, juntamente com as suas soluções alternativas.

A seguir estão aproximações gerais, pois para fazer uma proposta exata será necessário conhecer as características do assunto, além dos recursos disponíveis e medidas que podem ser aplicadas.

Quadro 1. Dificuldades e soluções para pessoas com deficiência auditiva

DIFICULDADES	SOLUÇÕES	DIFICULDADES	SOLUÇÕES
1. Limitações na linguagem oral.	- Encontre uma forma funcional de comunicação. - Confie na leitura labial facial. - Use interpretação em linguagem de sinais quando apropriado.	1. Sem habilidades de comunicação oral.	- Encontre uma forma funcional de comunicação. - Confie na leitura labial facial - Use interpretação em linguagem de sinais.
2. Restrições para formulação de hipóteses.	- Compensação de tempo. - Utilização de recursos visuais, mapas conceituais.	2. Grandes restrições para formulação de hipóteses.	- Compensação de tempo. - Utilização de recursos visuais, mapas conceituais. - Utilizar interpretação em linguagem de sinais.
4. Restrições à compreensão de estruturas inobserváveis, conteúdos figurativos e metafóricos.	- Compensação de tempo. - Utilização de recursos visuais, mapas conceituais. - Avaliar o processo além do produto final.	4. Grandes restrições para a compreensão de estruturas inobserváveis, conteúdos figurativos e metafóricos.	- Compensação de tempo. - Utilização de recursos visuais, mapas conceituais. - Avaliar o processo além do produto final. - Utilizar interpretação em linguagem de sinais.
5. Restrições à interação com os ouvintes em sessões plenárias, debates e outros.	- Ordenar turnos de fala, se possível incluir um objeto ou testemunha na dinâmica para marcar o turno etc. - Utilize um quadro branco como registro de palavras-chave. - Use interpretação em linguagem de sinais quando apropriado.	5. Isolamento do ambiente auditivo.	- Ordenar turnos de fala, se possível incluir um objeto ou testemunha na dinâmica para marcar o turno etc. - Utilize um quadro branco como registro de palavras-chave. - Use interpretação em linguagem de sinais quando apropriado.
6. Restrições de vocabulário, tanto na	- Fornecer informações específicas de forma esquemática ou resumida. - Utilizar sinónimos e conceitos associados.	6. Pouco vocabulário, tanto na compreensão como	- Fornecer informações específicas de forma esquemática.



compreensão como na expressão falada e escrita. Interpretação de textos literalmente.	- Use interpretação em linguagem de sinais quando apropriado.	na expressão falada e escrita.	- Use interpretação em linguagem de sinais quando apropriado.
---	---	--------------------------------	---

Fonte: Sánchez (2017, tradução nossa) – Adaptado.

DOCUMENTO INDIVIDUAL DE ADAPTAÇÃO CURRICULAR (DIAC)

Vendruscolo et al. (2023) explicam a importância da elaboração de um *Documento Individual de Adaptação Curricular* (DIAC) que deve ser baseado em um relatório psicopedagógico do aluno, pois, diferentemente do caso de adaptações não significativas, existe uma lacuna curricular notável que requer modificações individuais em elementos fundamentais do currículo. Contudo, pode-se considerar que o DIAC será um instrumento valioso para monitorar a aprendizagem e o desempenho de todos os alunos com deficiência, independentemente do tipo de adaptação curricular necessária para preencher as possíveis lacunas deixadas pelo desenho universal aplicado à educação.

Por sua vez, Pinheiro (2021) propõe um processo para a implementação do DIAC composto por cinco fases que se baseia em Martín (1999) e são elas: a) informação cobrança, b) verificação de necessidades; c) proposta de adaptação; d) medidas necessárias à implementação; e, e) elementos operacionais para apoiar e avaliar a adaptação curricular. A autora acima mencionada considera que a recolha de informação deve ser aprofundada e seletiva ao mesmo tempo, uma vez que nem todos os dados são igualmente importantes para serem considerados no processo de implementação.

Na opinião da investigadora, será de uma maior relevância ter disponível uma avaliação psicológica atualizada, que juntamente com o relatório médico correspondente será um guia fundamental para que os professores possam ter uma visão objetiva das potencialidades e dificuldades dos investigadores em formação. A sistematização do processo que acomoda acertos e fracassos constitui uma amostra da evolução dos sujeitos nos planos de formação e marca o caminho das estratégias que mais funcionam diante dos desafios de casos



semelhantes. Desta forma, serão relevantes os insumos gerados a partir da observação, dos produtos ou evidências das avaliações, bem como das entrevistas ou reuniões com todos os atores do evento educativo.

Agora, como em qualquer instrumento de trabalho, devem ser incluídos dados objetivos que devem ser utilizados de forma confidencial pelos professores para fins acadêmicos. Esses dados são: a) nomes e sobrenomes, data e local de nascimento, meios de contato e meios de comunicação adequados; b) situação acadêmica; c) deficiência ou condição, tipo, forma e tempo de aparecimento, bem como as principais consequências no seu funcionamento; d) Utilização de dispositivos técnicos e/ou tecnologias de suporte; e, e) histórico, adaptações curriculares anteriores, tipos de atividades mais eficazes, recursos e auxílios pedagógicos mais favoráveis, métodos, desempenho e formas de avaliação mais relevantes com melhores resultados.

No mesmo sentido, é também aconselhável ter um registo de iniciativas, motivações, receptividade, medos, capacidade de reflexão, estratégias de resolução de problemas, reação às dificuldades, interação com o meio, níveis de autonomia, bem como reações às ambiente como sucesso ou erro.

Tomando como ponto de partida a informação recolhida, as características descritas devem ser contrastadas com as competências propostas. Da mesma forma, o desempenho dos demais colegas deve ser tomado como referência para compreender os possíveis níveis de lacunas e tentar aplicar as estratégias de acordo com as características do aluno e as dificuldades vivenciadas ao interagir no contexto.

Por possuírem as soluções possíveis, elas podem ser classificadas de acordo com suas características, para facilitar sua compreensão dentro do documento. Neste sentido, os investigadores consideram oportuno lembrar que alcançar soluções a favor do *design universal* de materiais físicos e digitais ou mesmo de instalações de mobiliário, para os deficientes visuais, trará benefícios para todo o ambiente e não apenas para as pessoas com deficiência.

Da mesma forma, como qualquer processo, a implementação de adaptações curriculares requer acompanhamento individual, para que os ajustes necessários possam ser feitos levando em consideração os resultados da prática.

Durante a operacionalização das estratégias desenhadas para um determinado estudante, deve ser realizado um monitoramento permanente que



permita, com o auxílio do registro, fazer alterações pertinentes se necessário, até que os resultados esperados sejam obtidos. Para tanto, é importante que todas as pessoas envolvidas no processo tenham voz e relatem qualquer incidente durante a implementação das adaptações curriculares como única forma de garantir melhorias no processo.

Será oportuno então que os referidos aspectos essenciais na formação de investigadores possam ser expressos sob a abordagem das competências, partindo do fato de estas serem desenvolvidas de acordo com as necessidades do contexto com o objetivo de reduzindo distâncias entre a formação acadêmica e a prática profissional.

Conseqüentemente, podem ser estabelecidas competências como metas que, quando analisadas à luz das características dos sujeitos com deficiência auditiva, bem como das possíveis dificuldades específicas associadas, permitem prever disposições curriculares para o sucesso da formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o objetivo declarado, esta pesquisa propõe uma primeira abordagem quanto a um modelo de implementação de adaptações curriculares para que seja possível alcançar a inclusão de pessoas com deficiência auditiva em programas escolares.

Nesse sentido, apresenta-se uma resposta conceitual que destaca as inter-relações entre os fatores curriculares e as necessidades específicas devido à deficiência, a fim de alcançar a formação de todos os estudantes sem discriminação. Trata-se então de uma estrutura teórica que, para trazê-la para o campo da práxis, requer um trabalho interdisciplinar para que as mudanças não sejam simplesmente impostas, mas antes permitam a valorização da diversidade de formas de alcançar o conhecimento científico como etapa fundamental na construção de sociedades mais justas.

A constatação central, de acordo com as diretrizes do objetivo do trabalho, é a sistematização da implementação das adaptações curriculares essenciais por níveis, considerando em primeiro lugar aquelas gerais que implicam medidas na instituição em relação ao acesso, materiais e comunicação; enquanto, em segundo lugar, baseia-se na individualidade de cada estudante.



Revelou-se no estudo que a implementação de adaptações curriculares preenche as possíveis lacunas deixadas pelo desenho universal aplicado à educação, uma vez que, de acordo com o tipo, momento de aparecimento da deficiência, seu nível e outros. Existe um amplo espectro de diferenças para as quais as respostas devem ser ajustadas de acordo com o contexto institucional e curricular.

Nesse sentido, as interações entre os estudantes e o contexto podem ser positivas ou negativas dependendo se pode ser garantida a sua participação nos processos realizados na organização da pesquisa de forma digna com autonomia, normalidade, conforto e segurança.

Por fim, poderia ser apresentado um cenário ideal de políticas de apoio a estudantes com deficiência para a implementação de adaptações curriculares baseadas na concepção de educação inclusiva, na existência de valores inclusivos arraigados, no desenvolvimento de políticas que valorizem as diferenças e as práticas docentes, implementando ou não modificações no currículo de acordo com as necessidades e potencialidades dos estudantes. A estrutura teórica delineada pretende eventualmente ser contrastada e assim favorecer uma percepção livre de preconceitos sobre a participação das pessoas com deficiência auditiva na educação, e mais especificamente na ciência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Ana Karla Gomes; BEZERRA, Tarcileide Maria Costa. Educação Inclusiva: reflexões sobre a escola e a formação docente. **Ensino em Perspectivas**, 2021, vol. 2, no 2, p. 1-11.

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel (2011). **Guía para la Educación Inclusiva: Desarrollando el aprendizaje y la participación en los centros escolares**. Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI) y Fundación Benéfico-Social Hogar del Empleado (FUHEM). España.

BROMBERG, Dinah. Los diez desafíos del diseño. Cuando falla la Victoria. **Revista Portafolio**. Volumen 1, No. 9. Venezuela. (Pp. 52-63, 2004).



DUK, Cinthia; LOREN, Celina. Flexibilización del curriculum para atender la diversidad. **Revista Rinace**. Volumen 4, No. 1. España. (Pp. 187-210, 2010).

Martín, José (1999). **Adaptaciones Curriculares en E.S.O: Guía para cumplir el Documento Individualizado de Adaptación Curricular (DIAC)**. CIDE. España.

OLIVEIRA, Izabel Cristina Barbosa. Adaptações curriculares: quais os entraves encontrados para sua efetivação?. **Reflexões Sobre Educação Especial e Inclusiva**, 2021, p. 29.

OLIZAROSKI, Iara Mikal Holland; DAL MOLIN, Beatriz Helena. ADAPTAÇÕES CURRICULARES PARA ESTUDANTES SURDOS COM FOCO NA MORFOSINTAXE DA LÍNGUA PORTUGUESA. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 2023, vol. 9, no 3, p. 21-41.

PALMER, J.; CAPUTO, A. The universal instructional design implementation guide (University of Guelph). **Verfügbar am**, 2002.

PAULA, Marcela Almeida; BARBOSA, Luiz Felipe; REIS, Nivânia Maria. ADAPTAÇÕES RAZOÁVEIS E CURRICULARES NO CONTEXTO PANDÊMICO. **Pedagogia em Ação**, 2021, vol. 17, no 3, p. 53-62.

PINHEIRO, Lucineide Machado. **A "Inclusão" Escolar de Alunos Surdos: Colaborações para Pensar as Adaptações Curriculares**. Editora Appris, 2021.

RAMOS, Rossana. **Inclusão na prática: estratégias eficazes para a educação inclusiva**. Summus Editorial, 2023.

SÁNCHEZ, Dalia. **Estilos de Pensamiento y Discapacidad en el Contexto del Currículo para la Formación de Investigadores**. Tesis doctoral. Doctorado en Ciencias Humanas. Universidad del Zulia. Venezuela. 2017.



VENDRUSCOLO, Vanissia; CRUZ-SANTOS, Anabela; MORGADO, José Carlos. **PAC e adaptação curricular**: o que os professores precisam conhecer. 2023.